



MARINHA DO BRASIL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO (AMRJ-24)

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

COMPRAS

NUP N. 63014.000949/2026-18

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de **materiais de pintura** (tintas acrílicas, esmaltes sintéticos, zarcão, massas, solventes, removedores e acessórios diversos como rolos, trinchas, bandejas e lixas), destinados à manutenção de fachadas, muros, áreas internas das oficinas e edificações do AMRJ.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES.....	1
SUMÁRIO.....	1
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS.....	2
1. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA.....	2
2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	3
3. SUBCONTRATAÇÃO.....	4
4. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO.....	4
5. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	5
6. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	6
7. GARANTIA DA EXECUÇÃO.....	7
8. DA SUSTENTABILIDADE.....	8
9. EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP.....	8
10. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	9
11. PADRONIZAÇÃO.....	10

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021;

Para a definição dos custos unitários de referência foram utilizadas pesquisas no Painel de Preços e Pesquisa de Preços do compras.gov.br, onde foi usada a média dos valores encontrados.

() utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação não será exigido o registro da empresa licitante junto a conselho profissional, com base na seguinte justificativa técnica:

Devido a natureza dos materiais a serem adquiridos serem de uso comum, não há a obrigatoriedade da contratante apresentar registro em conselho profissional.

Capacidade técnico-operacional

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do TJTR - TR nº 24/2026, emitido pelo AMRJ-24.....)

Na presente licitação:

(X) NÃO será exigida comprovação de capacidade técnico-operacional pelas razões abaixo:

Devido a natureza dos materiais a serem adquiridos serem de uso comum, e por serem produtos facilmente encontrados no mercado.

() será exigida comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

() SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados equivalentes ao percentual de 50 (cinquenta) % dos quantitativos licitados.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, (X) NÃO será exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação ou () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

3. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado NÃO ADMITE subcontratação na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

Uma vez que se trata da aquisição de material de uso comum, não foi considerado necessário admitir uma subcontratação, haja vista inclusive melhor controle da execução do contrato desta forma.

4. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

(X) NÃO SERÁ exigida habilitação econômico-financeira, com base na seguinte justificativa técnica:

Considerando a natureza dos materiais a serem adquiridos, os quais são classificados como materiais de uso comum, a grande quantidade de fornecedores capazes de fornecê-los e a disponibilidade imediata dos materiais, elimina a necessidade de um investimento inicial significativo por parte da vencedora do certame, o que justifica a não solicitação de comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo.

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do TJTR - TR nº 24/2026, emitido pelo AMRJ-24.....)

=====

() Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de () por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

5. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. (*Não é necessário justificar*)

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

A previsão da associação entre empresas está disciplinada nos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/1976, estando a possibilidade da participação de consórcios de empresas em licitação no art. 15 da Lei de Licitações.

A permissão, pela Administração, de participação de empresas em consórcios na licitação não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, uma vez que em muitos casos, opera efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si.

Se por um lado a formação de consórcios para participação do certame atrairia o risco da dominação do mercado, reduzindo o universo da disputa, há hipóteses nas quais a participação em licitações de empresas consorciadas funciona como instrumento de ampliação da competitividade, possibilitando somarem capacidades técnica, econômico-financeira e conhecimento técnico que, individualmente, não seriam viáveis.

O ordenamento jurídico brasileiro impõem a admissão de consórcios em licitações grandes e/ou heterogêneas, devendo, portanto, a escolha, ser norteadas pela necessidade de aumentar a competitividade e a busca da proposta mais vantajosa, avaliando-se a complexidade técnica do objeto, o vulto financeiro, possibilidade de eventual ineficiência administrativa de uma das empresas consorciadas prejudicar a execução do serviço, necessidade do somatório de capacidades técnica e econômico-financeira para realização do objeto, além das circunstâncias do mercado.

No caso concreto, por se tratar de objeto comum, homogêneo, com baixa complexidade, poderá ser fornecido perfeitamente por uma só empresa, explorando sua melhor expertise, sem apresentar grandes dificuldades na gestão do fornecimento, garantindo, assim, maior competitividade e vantajosidade para a presente licitação. Ademais, verifica-se que a prática do mercado conta com empresas detentoras de conhecimento técnico suficiente para que, sozinhas, sejam plenamente capazes de fornecer o objeto.

6. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

A participação de cooperativas em certames licitatórios é admitida quando atendidos os requisitos previstos nos incisos I a IV do art. 16 da Lei n. 14.133, de 2021.

Entretanto, segundo o art. 10 da IN SEGES/MP n. 5/2017, o órgão licitante deve analisar com cautela as características da contratação que pretende realizar, especialmente quanto às obrigações dos trabalhadores, para verificar se as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação.

Segundo a Súmula 281 do TCU, é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como o objeto é usualmente executado/fornecido no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

O Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, Seq. 14) informa que é admitida, apenas, a participação de verdadeiras cooperativas nas licitações, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativa para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

Nesse passo, se faz mister a observância da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, Acórdão 2221/2013-Plenário, TC 029.289/2009-0, relator Ministro José Múcio Monteiro, 21.8.2013, in verbis:

“É irregular a participação de cooperativas em licitação cujo objeto se refira a prestação de serviço que exija relações próprias de emprego, como subordinação (hierarquia) e habitualidade (jornada de trabalho) dos trabalhadores.”

Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços.

É mais difícil, nos casos de certames para fornecimento de bens, a possibilidade de participação de cooperativas, entretanto, o modelo de TR Compras da AGU considera essa possibilidade. Sendo assim, será necessário justificar a permissão ou vedação, fazendo as devidas adaptações.

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do TJTR - TR nº 24/2026, emitido pelo AMRJ-24.....)

=====

No caso em tela, trata-se de compra/fornecimento de material, objeto para o qual, normalmente, não há que se considerar se haverá implicação de relações de subordinação, pessoalidade e habitualidade dos trabalhadores, ou seja, a necessidade da presença de relações próprias de emprego na sua execução; entretanto, a participação de cooperativas é mais difícil nos casos de certames para fornecimento de serviços.

Observando-se como o objeto é usualmente fornecido no mercado, não se encontram cooperativas atuando no ramo específico, o que inviabiliza a participação desse tipo de sociedade civil, razão pela qual não há, para o caso concreto, necessidade da permissão no certame.

7. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS (GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA)

Na presente licitação, será DISPENSADA a apresentação de garantia complementar da legal, com base na seguinte **justificativa**:

Baseado no mercado no qual se insere o objeto da presente contratação, concluiu-se que apenas a garantia do Código de Defesa do Consumidor é suficiente.

8. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

() verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

() verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

() verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do TJTR - TR nº 24/2026, emitido pelo AMRJ-24.....)

=====

Com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, de outubro de 2024, foi estabelecida a exigência de apresentação de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA, e respectivo Certificado de Regularidade, com base no Anexo I da IN nº13, de 23 de agosto de 2021, referente ao fabricante dos produtos.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

9. EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP

(X) A presente licitação foi destinada EXCLUSIVAMENTE à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/grupos de contratação cujos valores são de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Previsão de cota reservada para ME/EPP

() Foi estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/grupos cujos valores extrapolam R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em razão da presente licitação tratar-se de aquisição de bens de natureza divisível.

Não aplicabilidade da regra de exclusividade

() Não foi aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/grupos cujos valores são de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nem a cota de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens/grupos cujos valores extrapolam R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), pelo seguinte motivo:

() não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme se verifica pelos documentos juntados em anexo;

() o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública ou representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, pelos seguintes motivos:

=====

() a licitação é dispensável/inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/21.

10. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

() Na presente licitação NÃO foi adotado o Sistema de Registro de Preços por não haver enquadramento em nenhuma das hipóteses previstas para o SRP no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

(X) A adoção do SRP na presente licitação se deu em razão do enquadramento na(s) seguinte(s) hipótese(s) do art. 3º, do Decreto nº 11.462/2023, selecionada(s) abaixo, devidamente justificado:

() quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

() quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

() quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

() quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

(X) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Pelos seguintes **motivos**:

(x) A utilização do sistema de registro de preços (SRP) permite a aquisição de materiais de acordo com as necessidades em curso, o que traz a vantagem de utilizar recursos exclusivamente para esse fim e promover a eficaz utilização de todas as compras. Com o Sistema de Registro de Preços, a Administração não precisa reter recursos para adquirir o objeto completo, mas apenas garantir a contraprestação quando solicitar a quantidade do objeto para satisfazer a procura.

11. PADRONIZAÇÃO

() Na presente licitação/contratação foi utilizado o catálogo eletrônico de padronização de compras, de que trata o inciso LI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/21.

(X) Na presente licitação/contratação NÃO houve utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o inciso II do caput do art. 19, da Lei nº 14.133/21, pelos motivos que se seguem:

Não foram encontrados os objetos desta contratação no catálogo eletrônico de padronização (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>).

12. AGRUPAMENTO DE ITENS

(X) Na presente licitação NÃO houve agrupamento dos itens, conforme **justificativa** técnica a seguir:

A fim de ampliar o máximo possível a concorrência, não houve agrupamentos dos itens.

() A presente licitação está dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

Na data da assinatura eletrônica.

IVAN CESAR NEVES DOS REIS

Capitão de Corveta (EN)

Chefe de Departamento (AMRJ-24)

ASSINADO DIGITALMENTE